

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Inspeção realizada na 1º VARA DE TIANGUÁ- CE

RELATÓRIO

Portaria nº 36/2020/CGJCE

Corregedor Geral da Justiça:

Desembargador Teodoro Silva Santo

Juiz Corregedor Auxiliar:

Dr. Fernando Teles de Paula Lima

1DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO	
Processo	CPA Nº 8504125-91.2020.8.06.0026
Unidade	1º VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ- CE
Entrância	INTERMEDIÁRIA
Endereço	
Período da Correição	NOVEMBRO DE 2020.
Portaria	PORTARIA Nº 36/2020/CGJCE.

2DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS-	
EDUARDO BRAGA ROCHA	Matrícula: 9958
(<input checked="" type="checkbox"/>) Juiz de Direito () Juiz Substituto	(<input checked="" type="checkbox"/>) Titular () Respondendo () Auxiliando
Exercício cumulativo: (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não	Quais?- RESPONDENDO PELO JECC DE TIANGUÁ- CE.
Ingresso na Magistratura: 06/12/2012	Ingresso na Vara: 27/01/2015
O juiz reside na Comarca?	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
O juiz estava presente nos dias da correição?	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não- INSPEÇÃO REALIZADA DE MODO VIRTUAL.
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

3DO QUADRO DE PESSOAL		
3.1ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	2
PRISCILA FARIAS CASTRO		
JOSÉ CLÉBIO PAIXÃO ARAGÃO		
3.2OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	0
3.3TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	0
3.4AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	1
DIÓGENES MAGALHÃES BONFIM		
3.5CEDIDOS	TOTAL	3

ANA CLÁUDIA BARROSO DE VASCONCELOS PRADO; WILSON LIMA MARANGUAPE e CAROLINE LEITÃO DE ALMEIDA		
3.6 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL	4
KELVYANE KELLY DE SOUSA; ÁQUILA CUNHA DE FREITAS E FRANCISCO ELEOMARCOS TÚLIO DE MENEZES e ALEXANDRE FARIAS DE SÁ.		
3.7 CARGOS EM COMISSÃO		
ANTÔNIO ERIMAR DA SILVA LUCAS	SUPERVISOR DE UNIDADE	2346
PAULO VÍTOR RODRIGUES BEZERRA	ASSISTENTE DE UNIDADE JUDICIÁRIA	24839

4DO PROMOTOR DE JUSTIÇA	
Nome: MURIEL VASCONCELOS DAMASCENO	
<input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Quais?

5DO DEFENSOR PÚBLICO	
ODERMAN MEDEIROS BARBOSA SANTOS	
<input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Quais?

6DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
Comarca de Vara Única	
<input type="checkbox"/> Vara Única	
Comarca com Duas Varas	
<input type="checkbox"/> 1ª Vara	
<ul style="list-style-type: none"> a) Processos e Medidas relativas à jurisdição da infância e Juventude b) Processos de competência do Tribunal do Júri c) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios d) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários 	
<input type="checkbox"/> 2ª Vara	
<ul style="list-style-type: none"> a) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular b) Processos e medidas relativas aos registros públicos 	
Comarca com Três Varas sem Juizado Instalado	
<input type="checkbox"/> 1ª Vara	
<ul style="list-style-type: none"> a) Processos de competência do Tribunal do Juri b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios c) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários 	
<input type="checkbox"/> 2ª Vara	
<ul style="list-style-type: none"> a) Ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular 	

<input type="checkbox"/> 3ª Vara a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude b) Processos e medidas relativas aos registros públicos c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
Comarca com Três Varas com Juizado Instalado
<input checked="" type="checkbox"/> 1ª Vara a) Processos de competência do Tribunal do Júri b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios
<input type="checkbox"/> 2ª Vara a) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários b) Processos e medidas relativas aos registros públicos c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
<input type="checkbox"/> 3ª Vara a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
<input type="checkbox"/> Juizado
Comarca com Quatro Varas sem Juizado Instalado
<input type="checkbox"/> 1ª Vara a) Processos de competência do Tribunal do Júri b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios
<input type="checkbox"/> 2ª Vara a) Ações e medidas relativas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
<input type="checkbox"/> 3ª Vara a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude b) Processos e medidas relativas aos registros públicos c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
<input type="checkbox"/> 4ª Vara a) Causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher b) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários c) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
Comarca com Quatro Varas com Juizado Instalado
<input type="checkbox"/> 1ª Vara a) Processos de competência do Tribunal do Juri b) Execução Penal e Corregedoria dos Presídios
<input type="checkbox"/> 2ª Vara a) Processos e medidas relativas aos registros públicos b) Os feitos relativos aos Conflitos Fundiários
<input type="checkbox"/> 3ª Vara a) Processo e medidas relativas à jurisdição da infância e juventude b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
<input type="checkbox"/> 4ª Vara a) Causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher b) Processos e Julgamento dos crimes de competência do juiz singular
<input type="checkbox"/> Juizado
Comarca com Cinco Varas ou mais

<input type="checkbox"/> Jurisdição Cível <input type="checkbox"/> Cível Comum <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Revisão de Contratos Bancários <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Seguro DPVAT <input type="checkbox"/> Cível Especializada em Execução de Título Extrajudicial <input type="checkbox"/> Recuperação de Empresas e Falências <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões <input type="checkbox"/> Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Registros Públicos
<input type="checkbox"/> Jurisdição Criminal <input type="checkbox"/> Criminais Comum <input type="checkbox"/> Privativa Audiência de Custódia <input type="checkbox"/> Juri <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas <input type="checkbox"/> Execução Penal e Corregedoria de Presídios <input type="checkbox"/> Execução de Penas e Medidas Alternativas <input type="checkbox"/> Crimes contra a Ordem Tributária
<input type="checkbox"/> Jurisdição Especial <input type="checkbox"/> Execução Fiscal <input type="checkbox"/> Infância e Juventude <input type="checkbox"/> Juizado Especial Cível <input type="checkbox"/> Juizado Especial Criminal <input type="checkbox"/> Juizado Especial Cível e Criminal <input type="checkbox"/> Juizado Especial da Fazenda Pública <input type="checkbox"/> Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais <input type="checkbox"/> Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública

7DO ACERVO PROCESSUAL			
Acervo atual- SISTEMA SEI, EM 25/11/2020.			1.748
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE 29/11/2019			1.634
Data da Inspeção: 29/11/2019	Nº CPA: 8503521- 67.2019.8.06.0026		
<input type="checkbox"/> Diminuiu	<input checked="" type="checkbox"/> Aumentou	Diferença:	114
Tramitação Processual <input type="checkbox"/> Físico <input type="checkbox"/> Digital <input checked="" type="checkbox"/> Físico/Digital			

8DA PRODUTIVIDADE		
DADOS DO MAGISTRADO- DR. EDUARDO BRAGA ROCHA		
8.1 Produtividade do magistrado nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	747	-
Acordos	179	-
Decisões	927	-
Audiências	184	-
Despachos	3.367	-
DADOS DA UNIDADE		
8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020)- SISTEMA SEI- DATA DE ATUALIZAÇÃO, EM: 25/11/2020		
Processos novos		381
Processos pendentes de julgamento		1530
Processos julgados		243
Processos pendentes de baixa		1.748
Processos baixados		333

Total de audiências realizadas	89
11.2 Situação geral- DADOS DO FICOVI	
Processos aguardando a designação de audiências	08
Processos aguardando a realização de audiência	51
Audiência designada com a data mais distante	-

12 PROCESSOS INSPECIONADOS- 1º VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ- SOMENTE CERCA DE 60% DO ACERVO ESTÁ DIGITALIZADO, CONFORME INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SUPERVISOR DE UNIDADE.	
12.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO	
Processo	Movimentação
0000464-21.2018.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Ação de Execução de Alimentos protocolada, em 13/09/2018. Processo despachado, em 27/09/2018. Último despacho, em 13/07/2020, abrindo-se vistas ao Ministério Público. Parecer Ministerial, em 22/07/2020. À conclusão para impulso oficial.
0000196-64.2018.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Execução contra Devedor Solvente protocolada, em 21/08/2018. Processo despachado, em 04/09/2018. Decisão, em 26/06/2020, indeferindo o pedido de busca de bens por meio do Sistema INFOJUD. Petição acostada aos autos, em 30/07/2020. À conclusão para impulso oficial.
0014017-72.2017.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Indenizatória protocolada, em 13/10/2017. Processo despachado, em 25/10/2017. Último despacho, em 07/07/2020, determinando a intimação dos autores para se manifestarem sobre a petição acostada, às fls. 74/80, no prazo de 10 (dez) dias. Petição acostada aos autos, em 05/08/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0000383-72.2018.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Anulatória protocolada, em 24/09/2018. Processo despachado, em 10/10/2018. Último despacho, em 22/07/2020, determinando a intimação das partes para que digam se ainda há interesse na produção de outras provas. Petição acostada aos autos, em 11/08/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0011542-46.2017.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Rescisão de Contrato protocolada, em 10/01/2017. Processo despachado, em 25/01/2017. Último despacho, em 14/07/2020, determinando que a Sra. Rita Rodrigues da Silva seja novamente intimada, através de seus advogados. Petição acostada aos autos, em 20/08/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0007848-40.2015.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Execução de Alimentos protocolada, em 30/01/2015. Processo despachado, em 23/02/2015. Último despacho, em 24/06/2020, determinando a intimação da parte exequente, na pessoa de sua genitora. Petição acostada aos autos, em 27/08/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0014010-17.2016.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer protocolada, em 09/11/2016. Processo</i>

	<i>despachado, em 24/11/2016. Último despacho, em 15/06/2020, determinando a intimação do Município de Tianguá. Petição acostada aos autos, do município de Tianguá- CE, em 03/09/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0000360-10.2010.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Remoção de Curador protocolada, em 18/03/2010. Processo despachado, em 24/03/2010. Audiência realizada, em 21/06/2019. Na audiência, foi determinando a abertura de vistas ao Ministério Público. Processo parado, desde então. À conclusão.</i>
0023420-31.2018.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança protocolada, em 23/03/2018. Processo despachado, em 11/04/2018. Último despacho, em 29/06/2020, determinando a intimação das partes, na pessoa de seus advogados. Petição acostada aos autos, em 18/09/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
00001570-81.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial protocolada, em 28/02/2019. Processo despachado, em 27/03/2019. Último despacho, em 29/06/2020, determinando a intimação da parte exequente, através de seu patrono, para no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do petitório de fls. 107/109. Petição acostada aos autos, em 18/09/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
12.2PROCESSOS AGUARDANDO ANÁLISE DA SECRETARIA- ESTATUTO DO IDOSO.	
Processo	Movimentação
0050788-44.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Indenizatória protocolada, em 06/08/2020. Processo despachado, em 09/08/2020. Audiência realizada, em 12/11/2020. Despacho, em 13/11/2020, determinando a intimação do requerente. Ofício entregue à COMAN de Tianguá- CE, em 23/11/2020. Aguardando a devolução do ofício pelo Oficial de Justiça.</i>
0070248-51.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Reconhecimento Voluntário de Paternidade protocolado, em 20/11/2019. Processo despachado, em 28/11/2019. Último despacho, em 14/09/2020, determinando que a audiência de instrução e julgamento, mencionada às fls. 72, seja realizada por meio de videoconferência. Aguarde-se a realização da audiência.</i>
0070304-84.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse protocolada, em 03/12/2019. Processo despachado, em 12/12/2019. Audiência realizada, em 09/11/2020. Ficou reagendada nova Audiência de Conciliação para o dia 08/12/2020. Aguarde-se a audiência de Conciliação.</i>
0051001-50.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória protocolada, em 24/08/2020. Processo despachado, em 02/10/2020, determinando que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC do Fórum de Tianguá- CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação. Audiência determinada para a data de 09/02/2021.</i>

	Aguarde-se a realização da audiência.
00511064-75.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito protocolada, e 02/09/2020. Decisão, em 13/10/2020, determinando que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC de Tianguá-CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação. Audiência de Conciliação marcada para o dia 21/01/2021. Aguarde-se a realização da audiência.</i>
0050031-50.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se Alvará Judicial protocolada, em 07/01/2020. Processo despachado, em 13/01/2020. Último despacho, em 01/10/2020, determinando que se cumpra o item 3 do despacho de fls. 48 (intimação da parte requerente para o recolhimento do ITCM. Petição acostada aos autos, em 23/11/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0051016-19.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória protocolada, em 05/09/2020. Processo despachado, em 07/10/2020. Decisão, em 20/11/2020, determinando o encaminhamento dos autos ao CEJUSC de Tianguá-CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação. À Secretaria para o devido encaminhamento ao CEJUSC.
0050319-95.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito protocolada, em 01/10/2019. Processo despachado, em 16/03/2020. Audiência de Conciliação designada para o dia 03/12/2020. Aguarde-se a realização da audiência.</i>
0050337-19.2020.8.06.0173	.Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória protocolada, em 20/03/2020. Processo despachado, em 23/03/2020, determinando que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC de Tianguá- CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação. Audiência de conciliação marcada para o dia 07/12/2020. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.
0050331-12.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória protocolada, em 06/03/2020. Processo despachado, em 23/03/2020. Audiência de Conciliação designada para a data de 10/12/2020. Aguarde-se a realização da audiência de Conciliação.
12.3– PROCESSOS- CURATELA	
0050409-06.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Interdição protocolada, em 05/03/2019. Decisão, em 06/04/2020, deferindo a curatela provisória. Último despacho, em 19/09/2020, determinando que se aguarde a realização da audiência de conciliação, designa para o dia 09/12/2020.
0050045-34.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 15/01/2020. Processo despachado, em 17/01/2020. Audiência realizada, em 30/09/2020. Na audiência foi determinado pelo Magistrado a intimação da parte autora por edital. Edital expedido, em 04/11/2020.</i>
0051057-83.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela</i>

	<i>protocolada, em 10/10/2020. Decisão, em 09/10/2020, deferindo a curatela provisória. Termo de Compromisso - Curatela Provisória, em 19/10/2020. À Secretaria de Vara agendar a data da audiência para entrevista do curatelando.</i>
0070118-61.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 23/10/2019. Processo despachado, em 29/10/2020, deferindo a curatela provisória. Audiência de entrevista do interditando foi designada para a data de 27/01/2021. Mandado de Intimação expedido, em 25/09/2020. Aguarde-se a realização da audiência designada.</i>
0050162-25.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 12/02/2020. Processo despachado, em 12/02/2020, deferindo a curatela provisória. Audiência de interrogatório do interditando realizada, em 12/08/2020. Último despacho, em 21/09/2020, determinando que a Secretaria de Vara certifique se já decorreu o prazo para impugnação (fls. 35). Certidão de decurso de prazo, às fls. 39, em 26/11/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0050248-93.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Curatela protocolada, em 04/03/2020. Processo despachado, às fls. 17, deferindo a curatela provisória. Último despacho, em 21/09/2020, determinando que se aguarde a realização da audiência designada para o dia 09/12/2020. Aguardando a realização da audiência.</i>
0002902-83.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Interdição protocolada, em 05/08/2019. Processo despachado, em 20/08/2019, deferindo a curatela provisória. Audiência de interrogatório do interditando realizada, em 13/11/2019. Último despacho, em 29/06/2020, nomeando o Dr. Samuel Figueira Fontenele, Defensor Público da 2ª Defensoria Pública de Tianguá- CE, para atuar como curador especial do curatelando.</i>
0050744-25.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 28/07/2020. Processo despachado, em 28/07/2020, deferindo a curatela provisória. Último despacho, em 17/09/2020, determinando que a audiência designada para o dia 27/01/2021, seja realizada por meio de videoconferência. Mandado de Intimação foi juntado aos autos, em 18/11/2020. Aguarde-se a realização da audiência designada.</i>
0050266-17.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 06/03/2020. Processo despachado, em 10/03/2020. Decisão deferindo o pedido de curatela, em 19/09/2020. À Secretaria de Vara para agendar data e horário para a audiência de entrevista do curatelando.</i>
0051044-84.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 07/10/2020. Processo despachado, em 09/10/2020, deferindo a curatela provisória. Último despacho, em 22/10/2020, determinando que</i>

	<i>a audiência designada para o dia 24/02/2021, seja realizada por meio de videoconferência. Aguarde-se a realização da audiência.</i>
0070334-22.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 10/12/2019. Processo despachado, em 12/12/2019, deferindo a curatela provisória. Último despacho, em 24/08/2020, redesignando a audiência agendada, às fls. 21, para nova data a ser agendada pela Secretaria. Audiência marcada para a data de 09/12/2020. Aguarde-se a realização da audiência.</i>
12.4- PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI – PRIVATIVO DA 1ª VARA DE TIANGUÁ- CE	
Processo	Movimentação
0070337-74.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 27/02/2020, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I, III e IV do CPB. Denúncia recebida, em 10/03/2020. Resposta à Acusação, em 27/08/2020. Audiência realizada, em 13/11/2020. Foi determinado, na audiência, que a Secretaria de Vara agende nova data para fins de realização da audiência de instrução. Audiência de Instrução e Julgamento designada para a data de 08/12/2020. Aguarde-se a realização da audiência.</i>
0001104-24.2018.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 08/02/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, do CPB. Denúncia recebida, em 12/04/2019. Decisão, em 20/11/2020, mantendo a prisão preventiva do réu, bem como determinando que se designe data para a realização da audiência de instrução. Audiência marcada para o dia 01/12/2020, a ser realizada por videoconferência. Aguarde-se a realização da Audiência de Instrução.</i>
0050546-85.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 22/09/2020, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I, II e IV, do CPB. Denúncia recebida, em 21/10/2020. Alvará de Soltura, em 18/11/2020. Último despacho, em 27/11/2020, abrindo-se vistas ao Ministério Público, tendo em vista o pedido apresentado pelo Réu, às fls. 168/174. Aguardando o parecer Ministerial.</i>
0001279-67.2008.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 04/06/2008, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, II, III e IV do CPB. Denúncia recebida, em 10/06/2008. Audiência realizada, em 24/07/2008. Decisão de Pronúncia, em 21/01/2020. Último despacho, em 25/09/2020, determinando que a Secretaria de Vara junte aos autos a certidão de antecedentes criminais e inclua o feito na pauta de reunião do Tribunal do Júri. Certidão da Secretaria, em 28/10/2020, certificando que a Carta Precatória referente, às fls. 652/676, foi juntada aos autos. À Secretaria para providenciar que o feito seja incluído em pauta do Júri.</i>

0009860-61.2014.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 03/11/2014, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121,§ 2º, II,III e IV, do CPB. Decisão, em 07/02/2020, ratificando os termos da denúncia. Audiência , em 25/08/2020. Alvará de Soltura, em 25/09/2020. À conclusão.</i>
0050184-83.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 06/05/2020, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, caput, do CPB. Denúncia recebida, em 11/05/2020. Resposta à Acusação, em 06/10/2020. Audiência realizada, em 20/11/2020. Ofício encaminhado ao Supervisor do Núcleo de perícia Forense de Sobral, em 20/11/2020, requisitando o laudo cadavérico. Aguardando resposta ao ofício.</i>
0002939-13.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 23/08/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121,§ 2º, I,III e V , do CPB. Denúncia recebida, em 10/10/2019. Alegações Finais da Defesa, em 23/10/2020. Alegações Finais apresentados pelo Ministério Público, em 26/10/2020. À conclusão.</i>
0050537-26.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 07/10/2020, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121,§ 2º, I e III e art. 129,§ 9º, do CPB. Denúncia recebida, em 09/10/2020. Decisão, em 14/10/2020, mantendo a prisão preventiva do Réu. Aguarde-se o cumprimento do Mandado Citatório expedido, em 09/10/2020.</i>
0050715-72.2020.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 18/04/2018, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121,§ 2º, II, III e VI, do CPB. Denúncia recebida, em 12/08/2020. Decisão, em 28/10/2020, mantendo a prisão preventiva das Rés. Resposta à Acusação, em 19/11/2020. À conclusão.</i>
0001716-25.2019.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 16/05/2019, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121,§ 2º, I e IV, do CPB. Denúncia recebida, em 29/05/2019. Audiência realizada, em 19/08/2020. Último despacho, em 13/11/2020, determinando a intimação das partes, a começar pelo Ministério Público, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem memoriais finais. Memoriais da Defesa, em 23/2/2020. Alegações Finais apresentados pelo Ministério Público, em 27/11/2020. À conclusão.</i>
12.5- PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ- 158 FEITOS.	
0008001-73.2015.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de pensão por Morte protocolada, em 09/02/2015. Processo físico, com a última informação do SAJPG, em 11/05/2020, encaminhando os autos ao Procurador Federal em Sobral, para apresentar as alegações finais. À conclusão.</i>
0013830-98.2016.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Interdição protocolada, em 17/10/2016. Processo despachado, em 28/10/2016. Último despacho, em 14/06/2020,</i>

	<i>determinando que seja realizada a nomeação de outro perito. À Secretaria de Vara para intimar a perita nomeada às fls. 74/75, para informar se aceita o encargo , bem como designar data e horário para a realização da perícia.</i>
0008660-53.2013.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Auxílio Doença Previdenciário. Processo ainda encontra-se no modo físico. Última informação no Sistema SAJPG, em 25/05/2020, foi expedido ofício ao Procurador Federal em Sobral, para intimá-lo do despacho de fls. 501. À conclusão.</i>
0008852-49.2014.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Rescisão Contratual protocolada, em 11/07/2014. Processo despachado, em 22/09/2014. Último despacho, em 24/11/2020, nomeando o Defensor Público atuante na Vara , como curador especial à ré revel. Autos encaminhados ao Defensor Público, em 25/11/2020.</i>
0007830-19.2015.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Procedimento ordinário protocolado, em 19/01/2015. O Processo ainda encontra-se físico, com a última informação no SAJPG, em 04/06/2020, os autos foram remetidos para realizar intimação no DJe. À conclusão.</i>
0008748-23.2015.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais protocolada, em 30/04/2015. Processo ainda físico, com a última informação no SAJPG, em 11/05/2020, foi expedida Carta Precatória . À conclusão.</i>
0013977-27.2016.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de guarda protocolada, em 07/11/2016. Processo despachado, em 22/11/2016. Último despacho, em 22/09/2020, determinando, com urgência, o ofício de fls. 65. Ofício foi encaminhado, via e-mail, para a Defensoria Geral do Estado do Ceará, em 02/10/2020. À Secretaria de Vara para informar se houve a resposta do Ofício encaminhado.</i>
0008516-45.2014.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Tutela e Curatela protocolada, em 23/05/2014. Processo despachado, em 26/05/2014. Audiência realizada, em 03/02/2015. Último despacho, em 23/01/2020, nomeando o Defensor Público como curador especial do curatelando. Contestação apresentada, em 18/02/2020. À conclusão para impulso oficial.</i>
0007992-14.2015.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Anulatória de Contrato protocolada, em 11/02/2015. Processo despachado, em 15/05/2015. Sentença proferida, em 05/10/2020. Recurso de Apelação, em 05/10/2020. Contrarrazões Recursais , em 11/11/2020. Despacho, em 25/11/2020, determinando que os autos subam ao TJCE.</i>
0012195-82.2016.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Salário-Maternidade protocolada, em 21/08/2013. Processo despachado, em 20/01/2014. Último despacho, em 15/05/2020, determinando que se dê vistas dos autos ao Promotor de Justiça atuante na Vara. Em 20/11/2020, os autos foram encaminhados ao Ministério Público.</i>

	Aguardando o parecer Ministerial.
0014202-47.2016.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Concessão de Benefício Salário Maternidade protocolada, em 30/11/2016. Processo despachado, em 11/08/2006. Último despacho, em 15/05/2020, determinando que se dê vistas dos autos ao Promotor de Justiça atuante na Vara. Autos encaminhados ao Ministério Público, em 22/11/2020. Aguardando o parecer Ministerial.
0008772-85.2014.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Alimentos protocolada, em 27/06/2014. Processo ainda encontra-se físico. Última informação no SAJPG, em 19/05/2020, autos aguardando prazo. À conclusão.</i>
0013864-73.2016.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Guarda protocolada, em 25/10/2016. Processo despachado, em 28/10/2016. Decisão, em 20/10/2020, determinando que sejam revigorados os expedientes de fls. 51 e 52. Mandado de Intimação expedido, em 19/11/2020. Certidão da Secretaria, em 21/11/2020, certificando que o mandado da certidão do Oficial de Justiça foi juntado aos autos. À conclusão para impulso oficial.
0013978-12.2016.8.06.0173	<i>Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Guarda protocolada, em 08/11/2016. Processo despachado, em 22/11/2016. Último despacho, em 16/09/2020, redesignando a audiência de instrução e julgamento agendada, às fls. 45. Audiência foi marcada para a data de 20/01/2021. Aguarde-se a realização da audiência.</i>
0014327-15.2016.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Tutela e Curatela protocolada, em 14/12/2016. Processo despachado, em 19/01/2017. Audiência realizada, em 22/03/2017. Último despacho, em 14/06/2020, determinando que seja realizada a nomeação de outro perito, via Sistema SIPER. À Secretaria de Vara para intimar o perito nomeado para informar se aceita o encargo, bem como designar data e horário para a realização da perícia.
0012584-67.2016.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação. Processo Físico. Trata-se de Ação Ordinária protocolada, em 16/06/2016. Última informação do SAJPG, em 04/06/2020, autos remetidos para realizar intimação no DJe. À conclusão.
0008203-84.2014.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Interdição protocolada, em 04/04/2014. Processo despachado, em 12/05/2014. Audiência realizada, em 07/08/2014. Último despacho, em 14/06/2020, determinando que seja realizada nomeação de outro perito, via sistema SIPER, bem. À Secretaria para intimar a Perita nomeada às fls. 73/74, para informar se aceita o encargo, assim como designar data e horário para a realização da perícia.
0009940-59.2013.8.06.0173	<i>Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Empreitada protocolada, em 14/11/2013. Processo ainda encontra-se físico. Última informação do Sistema SAJPG, em 19/05/2020, autos aguardando prazo. À conclusão.</i>

0009741-03.2014.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Tutela e Curatela protocolada, em 23/10/2014. Processo Despachado, em 10/11/2014. Último despacho, em 25/11/2020, determinando a intimação do perito para informar se aceita o encargo, bem como a Secretaria designar data e horário para a realização da perícia. À Secretaria para os expedientes do despacho de fls. 73.
0013486-20.2016.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Interdição com Pedido de Tutela Provisória de Urgência protocolada, em 31/08/2016. Processo despachado, em 09/09/2016. Audiência realizada, em 11/10/2016. Último despacho, em 14/06/2020, determinando que seja realizada a nomeação de outro Perito, via Sistema SIPER. À Secretaria para intimar a Perita nomeada, bem como designar data e horário para a realização da perícia.
12.6- PROCESSOS META 04 CNJ- TOTAL DE FEITOS- 02	
0012584-67.2016.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa protocolada, em 16/06/2016. Processo Físico. Última informação no Sistema SAJPG, em 04/06/2020, autos aguardando realizar intimação no DJe. À conclusão.
0012346-14. 2017.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa. Processo Físico. Última informação pelo Sistema SAJPG, em 21/06/2020- decisão indeferindo o pedido liminar vindicado pelo Parquet. À conclusão.

12.7- PROCESSOS CARTAS PRECATÓRIAS.	
0010243-29.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de realizar o leilão para venda de veículo penhorado, recebida, em 23/03/2020. Processo despachada, em 19/06/2020, nomeando o leiloeiro. Petição acostada aos autos, em 01/10/2020, aguardando as devidas providências para o início do procedimento. À conclusão para impulso oficial.
0010795-91.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de intimação para participar de Audiência de Conciliação, recebida, em 29/09/2020. Despachada, em 29/09/2020. Mandado de Intimação expedida, em 30/09/2020. Certidão da Secretaria, em 06/10/2020, certificando que o Mandado do Oficial de Justiça foi juntado aos autos. À conclusão para impulso Oficial.
0010785-47.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de Citação recebida, em 25/09/2020. Processo despachada, em 28/09/2020. Mandado de Intimação expedido, em 01/10/2020. Aguardando a devolução do Mandado.
0010786-32.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de intimação recebida, em 25/09/2020. Processo despachado, em 28/09/2020. Mandado de Intimação expedido, em 01/10/2020. Aguardando a devolução do

	Mandado.
0010558-57.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de Citação. Despachada, em 21/08/2020. Mandado de Citação expedido, em 21/08/2020. Despacho, em 21/09/2020, determinando a intimação da parte interessada, através de seu patrono, via DJE, para recolher as custas da diligência. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 21.
0010756-94.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de notificar o demandado. Despachada, em 14/09/2020. Mandado de Intimação expedido, em 23/09/2020. Certidão da Secretaria, em 19/11/2020, certificando que o Mandado da certidão do Oficial de Justiça foi juntado aos autos. À conclusão.
0010724-89.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de intimação recebida, em 02/09/2020. Despachada, em 02/09/2020. Mandado de Intimação expedido, em 03/09/2020. Aguardando a devolução do Mandado de Intimação.
0010555-05.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de Citação recebida, em 17/08/2020. Despachada, em 21/08/2020. Mandado de Citação expedido, em 24/08/2020. Certidão da Secretaria, em 25/10/2020, certificando que o mandado da certidão do Oficial de Justiça foi juntado aos autos, em 25/10/2020. À Conclusão para impulso oficial.
0010235-52.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de cumprimento de Mandado de Prisão recebida, em 17/03/2020. Despacho, em 13/04/2020. Último despacho, em 15/09/2020, determinando que se aguarde o cumprimento da prisão civil do executado. Após o prazo de 60 dias, oficie-se ao Delegado Regional da Polícia Civil. À Secretaria para os expedientes de fls. 25.
0010468-49.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Carta Precatória com a finalidade de notificar o interpelado recebida, em 06/07/2020. Despachada, em 08/07/2020. Mandado de Notificação expedido, em 24/08/2020. Certidão da Secretaria, em 09/10/2020, certificando que o mandado do Oficial de Justiça foi juntado aos autos. À conclusão.

12.8 – PROCESSOS – AÇÃO CIVIL PÚBLICA- META 06 DO CNJ.

0280049-70.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública protocolada, em 26/10/2020. Processo despachado, em 12/11/2020, determinando a citação dos requeridos. Mandado de Citação expedido, em 13/11/2020. Aguardando a devolução do Mandado.
0280014-13.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública

	protocolada, em 26/02/2020. Processo despachado, em 22/04/2020. Audiência realizada, em 10/09/2020. Nova audiência realizada, em 25/11/2020. Na audiência, as partes concordaram na suspensão do feito até fevereiro/2021.
0012389-48.2017.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública protocolada, em 02/05/2017. Processo despachado, em 26/05/2017. Sentença proferida, em 14/07/2020.
0280029-79.2020.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública protocolada, em 09/07/2020. Processo despachado, em 11/07/2020. Mandado de Citação expedido, em 25/11/2020. Aguarde-se a devolução do Mandado.
0002718-30.2019.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública protocolada, em 12/07/2019. Processo despachado, em 08/08/2019. Decisão Interlocutória, em 22/10/2020, determinando que o Ministério Público seja novamente intimado para indicar o endereço das pessoas mencionadas, para fins citatório. Em 23/11/2020, Ministério Público intimado. Aguardando a manifestação Ministerial.
0014373-67.2017.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública protocolada, em 07/05/2019. Processo despachado, em 03/06/2019. Último despacho, em 26/10/2020, determinando a intimação das partes para que informem se ainda possuem interesse na produção de outras provas. Ato disponibilizado no DJE, em 27/11/2020. Aguardando a manifestação das partes.
0001344-76.2019.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública protocolada, em 06/02/2019. Processo despachado, em 22/03/2019. Último despacho, em 12/11/2020, determinando a notificação da Ré, Sra. Andreslândia Gomes de Sousa, para que ofereça a manifestação por escrito. À Secretaria de Vara para cumprir os expedientes, de fls. 64.
0002673-26.2019.8.06.0173	Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública protocolada, em 08/07/2019. Processo despachado, em 26/07/2019. Decisão Interlocutória, em 14/02/2020, determinando que o Estado do Ceará seja intimado para tomar conhecimento acerca da presente ação. Mandado de Citação expedido, em 17/04/2020. Certidão da Secretaria, em 26/11/2020, certificando que fez a juntada do mandado de intimação e suas respectivas certidões do Oficial de Justiça, às fls. 83/84. À conclusão.

1AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS- 1º VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ-CE	
1.1Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 68,4%)	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	82,86%
2020- SISTEMA SEI- .25/11/2020	83,64%
1.2Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 124%)	
2019	60,79%
2020	90,94%
1.3Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)	
2019	73,74%
2020- SISTEMA SEI, EM 25/11/2020.	63,78%
1.4Meta 2 (Meta para 2020 é 80%)	
Total de Processos em Janeiro/2020	169
Total de processos pendentes de julgamento	158
Total de processos julgados	11

2020 – Percentual de Atingimento	6,51%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	125
1.5Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)	
Total de Processos em Janeiro/2020	3
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	3
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	3
1.6Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)	
Total de Processos em Janeiro/2020	4
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	3
Total de processos julgados	1
2020 – Percentual de Atingimento	25%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	2
1.7Meta 8 (Meta para 2019 é 50%)	
Total de Processos em Janeiro/2019	-
Total de processos pendentes de julgamento	-
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	** Erro na expressão **
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2019	0
1.8Conciliação	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2018	-
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	-

2DA VIDEOCONFERÊNCIA- DADOS FORNECIDOS NO FICOVI	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	(x) Sim () Não
Possui sala específica para a videoconferência?	(x) Sim () Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	(X) Sim () Não
Já realizou audiência por videoconferência:	(X) Sim () Não

3NORMATIVOS IMPORTANTES	
Normativo	Conteúdo
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação

	CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

4- RECOMENDAÇÕES- 1º VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ- CE.
4.1-Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2020, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016, no 1º grau);
4.2-Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
4.3-Promover a análise dos processos que estão parados há mais de 100 (cem) dias , que totalizam 277 feitos.- Sistema SEI, em 25/11/2020 ;
4.4-Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais e atentando para a realização dos expedientes;
4.5-Movimentar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;
4.6-Cobrar a devolução dos Mandados expedidos há mais de 30 (trinta) dias;
4.7-Envidar esforços para atingimento, ao final do ano de 2020, a Meta 01 do CNJ, (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente), uma vez que a 1º Vara de Tianguá- CE não atingiu a referida META , com um percentual de 83,64%- Sistema SEI, em 25/11/2020;
4.8-Estabelecer metas semanais para o módulo judiciário;
4.9-A Secretaria de Vara deverá providenciar o saneamento do Sistema SEI, com o intuito de que ele passe a refletir a real situação da unidade;
4.10- A Secretaria da 1º Vara da Comarca de Tianguá- CE, deverá atentar para a realização dos expedientes necessários , bem como de logo designar data para as audiências, a fim de que os processos não passem muito tempo estagnados.
4.11 Proceder o agendamento de data para a realização das sessões do Tribunal do Júri nos processos que se encontram prontos para este fim, principalmente nos 04 (quatro) processos aguardando a designação de data para a realização do Júri, informados no FORMULÁRIO ELETRÔNICO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA.
4.12- Realizar o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação.

5-CONCLUSÃO- 1º VARA DA COMARCA DE TIANGUÁ- CE

Analisando os processos que foram devidamente planilhados, por amostragem, na 1º Vara da Comarca de Tianguá- CE, observei uma certa quantidade de feitos da competência do Tribunal do Júri insertos na META 2 do CNJ.

Destaco que a 1º Vara da Comarca de Tianguá-CE tem pouco mais da metade do acervo digitalizado, conforme informado pelo Magistrado, Dr. Eduardo Braga Rocha, sendo relevante obstáculo ao impulsionamento célere de alguns feitos que ainda estão tramitando em meio físico.

Inicialmente, necessário fazer uma análise pormenorizada quanto aos números extraídos do SEI, em 25/11/2020. Verifica-se que a taxa de congestionamento da Unidade gira em torno de 83,64%. Mencionada taxa encontra-se acima da média estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2020, qual seja, 68,4%. Desse modo, recomenda-se ao Magistrado que envide ainda mais esforços para amenizar a sobredita taxa, realizando a efetiva baixa dos feitos julgados e não baixados, e o julgamento dos processos insertos na META 2 do CNJ, sem esquecer das Metas 4 e 6, bastante sensíveis aos olhos do Órgão Censor Nacional.

Nessa perspectiva, é importante reiterar que, com o empenho da Secretaria, e a consequente análise pormenorizada e baixa da quantidade de processos JULGADOS E NÃO BAIXADOS (217 processos nesta situação- Sistema SEI, Gestão de Acervo 1º Grau- 25/11/2020), poderá ser reduzida, ainda que em percentual mínimo, a taxa de congestionamento.

Destaco que, além da taxa de congestionamento acima do ideal, o módulo judiciário não vem atendendo a META 01 do CNJ no ano de 2020 (63,78%- Sistema SEI, em 25/11/2020). A 1º Vara da Comarca de Tianguá-CE também não atingiu a referida META no ano de 2019, com uma taxa de 73,74%.

Quanto ao acervo do módulo judiciário, constata-se que na inspeção anteriormente realizada por este Órgão Correcional, em 29/11/2020, processo administrativo nº 8503521-67.2019.8.06.0026, tramitavam na Unidade Judiciária cerca de 1.634 feitos, ao passo que, atualmente, conforme dados extraídos do SEI, tramitam por volta de 1.748 processos.

Portanto, conclui-se que o acervo do módulo judiciário teve um aumento de apenas 110 processos, sendo certo que, com o empenho da Secretaria em baixar a quantidade de processos JULGADOS E NÃO BAIXADOS, o acervo diminuirá ainda mais.

No início das atividades, o Dr. Eduardo Braga Rocha, informou que, quanto aos processos privativos do Tribunal do Júri, a Unidade Judiciária possui um total de 104 feitos e nos últimos 12 (doze) meses foram realizados 05(cinco) Júris, mas, no mês de novembro, ainda realizou-se 03 (três) Júris. Atualmente, há 04 (quatro) processos aguardando a designação de data para a realização do Júri.

Feitas essas breves considerações, passo a expor a situação verificada durante a análise por amostragem dos processos inspecionados.

Os serviços judiciários da 1º Vara da Comarca de Tianguá-CE, são desempenhados pelo **Dr. Eduardo Braga Rocha**, apresentando a seguinte **prestação jurisdicional- 1º Grau e Juizados-SGEC, NOS ÚLTIMOS 12 MESES**, pela Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias da Corregedoria-Geral de Justiça:

SENTENÇAS	ACORDOS	DECISÕES	AUDIÊNCIAS	DESPACHOS
747	179	927	184	3367

A Inspeção realizada na 1º Vara da Comarca de Tianguá-CE , revelou, de modo geral, a existência de, **1.748 feitos pendentes de baixa, dos quais 1.530 pendentes de julgamento- Dados extraídos do Sistema SEI- Gestão de Desempenho 1º Grau- Relatório gerado, em 25/11/2020- .**

Com referência aos **processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, encontramos: (Dados fornecidos pela Coordenadoria das Unidades Judiciárias- Relatório Estatístico)**

101-180 dias	165 processos
181- 360 dias	111 processos
Há mais de 360 dias	1 processos
Total	277 processos sem andamento.

Conforme o Relatório Estatístico da Unidade Judiciária da 1º Vara da Comarca de Tianguá- CE, apresentado pela Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias desta Casa Censora, quanto a avaliação de cumprimento de Metas, extrai-se que :

Quanto a META 2- , a Unidade apresenta um total 158 processos pendentes de julgamento, tendo atingido, para 2020, um percentual de 6,51%, com um total de processos julgados, na ordem de 11 feitos. Total de processos a serem julgados até dezembro/2020, para cumpri-la será na faixa de 125 .

No que tange a **Meta 4- 2020**, a Unidade apresenta um total de 02 processos de improbidade administrativa. Os feitos ainda estão físicos.

Com referência a Meta 6- 2020, a Vara apresenta uma quantidade 04 processos, mas encontramos novas ações civis públicas, do ano de 2020.

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na 1 ° Vara da Comarca de Tianguá-CE, constatou-se que:

1- Processos inseridos na Meta 2 do CNJ- Os processos inseridos na referida Meta do CNJ, totalizam 158. Alguns feitos ainda estavam físicos, mas dentre os planilhados, encontramos processos com despachos recentes e outros à conclusão.

Chamo a atenção para alguns em que a Secretaria da 1° Vara da Comarca de Tianguá-CE deverá intimar a Perita nomeada, bem como designar data e horário para a realização da perícia. São eles:

0014327-15.2016.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Tutela e Curatela protocolada, em 14/12/2016. Processo despachado, em 19/01/2017. Audiência realizada, em 22/03/2017. Último despacho, em 14/06/2020, determinando que seja realizada a nomeação de outro perito , via Sistema SIPER. À Secretaria de Vara para intimar o perito nomeado para informar se aceita o encargo, bem como designar data e horário para a realização da perícia.

0008203-84.2014.8.06.0173-Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Interdição protocolada, em 04/04/2014. Processo despachado, em 12/05/2014. Audiência realizada, em 07/08/2014. Último despacho, em 14/06/2020, determinando que seja realizada nomeação de outro perito, via sistema SIPER, bem. À Secretaria para intimar a Perita nomeada às fls. 73/74, para informar se aceita o encargo, assim como designar data e horário para a realização da perícia.

0013486-20.2016.8.06.0173-Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Interdição com Pedido de Tutela Provisória de Urgência protocolada, em 31/08/2016. Processo despachado, em 09/09/2016. Audiência realizada, em 11/10/2016. Último despacho, em 14/06/2020, determinando que seja realizada a nomeação de outro Perito, via Sistema SIPER. À Secretaria para intimar a Perita nomeada, bem como designar data e horário para a realização da perícia.

0009741-03.2014.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Tutela e Curatela protocolada, em 23/10/2014. Processo Despachado, em 10/11/2014. Último despacho, em 25/11/2020, determinando a intimação do perito para informar se aceita o encargo, bem como a Secretaria designar data e horário para a realização da perícia. À Secretaria para os expedientes do despacho de fls. 73.

2- Processos atinentes a Meta 4 do CNJ- Os que estão na referida Meta do CNJ, acham-se ainda físicos.

0012584-67.2016.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa protocolada, em 16/06/2016. Processo Físico. Última informação no Sistema SAJPG, em 04/06/2020, autos aguardando realizar intimação no DJe. À conclusão.

0012346-14. 2017.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa. Processo Físico. Última informação pelo Sistema SAJPG, em 21/06/2020- decisão indeferindo o pedido liminar vindicado pelo Parquet. À conclusão.

3- Processo inseridos na Meta 6 do CNJ- Dos que foram devidamente inspecionados, encontrei feitos protocolados recentemente. Destaco o de nº **0001344-76.2019.8.06.0173**, em que a Secretaria de Vara deverá cumprir os expedientes de fls. 64.

4- Cartas Precatórias – Das 10 inspecionadas por esta Casa Censora, *algumas estão aguardando a devolução do Mandado expedido e outras à conclusão para impulso oficial. Chamo a atenção para as Cartas Precatórias , a fim de que a Secretaria possa sempre cobrar a devolução do Mandado junto ao oficial de justiça. Nenhuma das Cartas Precatórias ainda foram devolvidas à Comarca de Origem.*

5- Processos de Competência do Tribunal do Júri- Vara Privativa- Foram analisados 10 processos. Todos com denúncias recebidas e muitos com audiências já designadas para o mês de dezembro. **O processo de nº 0001279-67.2008.8.06.0173**, a Secretaria deverá atentar para providenciar que o feito seja incluído em pauta de Júri.

0001279-67.2008.8.06.0173-Visto em Inspeção. Trata-se de Denúncia protocolada, em 04/06/2008, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121,§ 2º, II, III e IV do CPB. Denúncia recebida, em 10/06/2008. Audiência realizada, em 24/07/2008.Decisão de Pronúncia, em 21/01/2020. Último despacho, em 25/09/2020, determinando que a Secretaria de Vara junte aos autos a certidão de antecedentes criminais e inclua o feito na pauta de reunião do Tribunal do Júri. Certidão da Secretaria , em 28/10/2020, certificando que a Carta Precatória referente, às fls. 652/676, foi juntada aos autos. À Secretaria para providenciar que o feito seja incluído em pauta do Júri.

6- Processos Curatela- Dos 10 feitos analisados, observei que em alguns a

Secretaria da 1º Vara da Comarca de Tianguá- CE deverá agendar a data da audiência para entrevista do curatelando, como é o caso dos n°s :

0051057-83.2020.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 10/10/2020. Decisão, em 09/10/2020, deferindo a curatela provisória. Termo de Compromisso – Curatela Provisória, em 19/10/2020. À Secretaria de Vara agendar a data da audiência para entrevista do curatelando.

0050266-17.2020.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Curatela protocolada, em 06/03/2020. Processo despachado, em 10/03/2020. Decisão deferindo o pedido de curatela, em 19/09/2020. À Secretaria de Vara para agendar data e horário para a audiência de entrevista do curatelando.

7- Processos aguardando análise da Secretaria- ESTATUTO DO IDOSO-

Dos 10 inspecionados desta classe, verifiquei que estão com despachos recentes, aguardando a devolução dos ofícios e mandados pelo Oficial de Justiça. A Secretaria de Vara sempre deverá atentar para a cobrança de Mandados junto à COMAN de Tianguá- CE.

Percebi, em uns feitos que o despacho determina que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC do Fórum de Tianguá-CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação.

Exemplifico:

0051001-50.2020.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória protocolada, em 24/08/2020. Processo despachado, em 02/10/2020, determinando que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC do Fórum de Tianguá- CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação. Audiência determinada para a data de 09/02/2021. Aguarde-se a realização da audiência.

00511064-75.2020.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Repetição de Indébito protocolada, e 02/09/2020. Decisão, em 13/10/2020, determinando que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC de Tianguá-CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação. Audiência de Conciliação marcada para o dia 21/01/2021. Aguarde-se a realização da audiência.

0051016-19.2020.8.06.0173-Visto em Inspeção. Trata-se de Ação Declaratória protocolada, em 20/03/2020. Processo despachado, em 23/03/2020, determinando que os autos sejam encaminhados ao CEJUSC de Tianguá- CE, a fim de que seja agendada a audiência de conciliação. Audiência de conciliação marcada para o dia 07/12/2020. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.

8- Processos Concluídos para despacho - Nos 10 feitos que foram inspecionados por esta Corregedoria-Geral de Justiça, a maioria foi despachada no ano de 2020. Mas evidencio o **de n° 0000360-10.2010.8.06.0173-** parado, desde a data de 21/06/2019. .

0000360-10.2010.8.06.0173- Visto em Inspeção. Trata-se de Ação de Remoção de Curador protocolada, em 18/03/2010. Processo despachado, em 24/03/2010. Audiência realizada, em 21/06/2019. Na audiência, foi determinando a abertura de vistas ao Ministério Público. Processo parado, desde então. À conclusão.

Desta forma, a Unidade inspecionada deverá dar maior atenção aos processos vinculados à **META 2 do CNJ, META 4, 6 e TRIBUNAL DO JÚRI- do qual é Vara privativa**, com vários processos incursos na META 2 do CNJ, de modo a promover uma ênfase às garantias constitucionais da celeridade e da duração razoável do processo, **apresentando um plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos da aludida Meta.**

Em virtude de todas as Unidades deste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estarem atuando sob o regime de teletrabalho, e, por óbvio, a produtividade fora bastante prejudicada nas Unidades que possuem processos ainda tramitando em meio físico, passando, no momento, por processo de digitalização, como é o caso da 1º Vara da Comarca de Tianguá- CE.

Considerando a taxa de congestionamento na ordem de 83,64% (Sistema SEI, em 25/11/2020), verifica-se a necessidade de monitoramento da Unidade Judiciária, no que concerne a tramitação dos feitos referidos nesta Inspeção e insertos nas Metas do CNJ, que se dará pela Coordenadoria de Correição e Monitoramento das Unidades Judiciárias desta Corregedoria-Geral de Justiça.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório a magistrada, concedendo-lhe o prazo de 90 (noventa) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, com apresentação de plano de gestão, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

DR. FERNANDO TELES DE PAULA LIMA

Juiz Corregedor Auxiliar.

Dr. Eduardo Braga Rocha

Juiz de Direito Titular- 1º Vara da Comarca de Tianguá- CE.